

## Direito Penal

**Professora: Claudia Barros**

### Contravenções Penais – Parte 5

#### Resumo

---

Continuando a análise das contravenções referentes à incolumidade pública:

#### Art. 35/LCP

*Art. 35. Entregar-se na prática da aviação, a acrobacias ou a vôos baixos, fora da zona em que a lei o permite, ou fazer descer a aeronave fora dos lugares destinados a esse fim:*

*Pena – prisão simples, de quinze dias a três meses, ou multa, de quinhentos mil réis a cinco contos de réis.*

Entre os crimes de perigo, existe a conduta de perigo de transporte aéreo. Contudo, este requer a efetiva demonstração de perigo, o perigo deve ser concreto. Na contravenção, o perigo abstrato já configura o ilícito.

#### Art. 37/LCP

*Art. 37. Arremessar ou derramar em via pública, ou em lugar de uso comum, ou do uso alheio, coisa que possa ofender, sujar ou molestar alguém:*

*Pena – multa, de duzentos mil réis a dois contos de réis.*

*Parágrafo único. Na mesma pena incorre aquele que, sem as devidas cautelas, coloca ou deixa suspensa coisa que, caindo em via pública ou em lugar de uso comum ou de uso alheio, possa ofender, sujar ou molestar alguém.*

O objeto mencionado no artigo só precisa ter potencialidade para sujar ou molestar. Excluem-se, por óbvio, as condutas em que o agente tenha o intuito de ofender ou humilhar alguém. Neste caso, se configura o crime de injúria real.

#### Art. 38/LCP

O artigo foi revogado e suas condutas se enquadram em crimes ambientais.

### Contravenções Referentes à Paz Pública

#### Art. 39/LCP

---

As regras referentes às reuniões e associações não foram recepcionadas pela Constituição Federal, pois esta garante a liberdade e o direito de associação.

#### **Art. 40/LCP**

*Art. 40. Provocar tumulto ou portar-se de modo inconveniente ou desrespeitoso, em solenidade ou ato oficial, em assembléia ou espetáculo público, se o fato não constitui infração penal mais grave;*

*Pena – prisão simples, de quinze dias a seis meses, ou multa, de duzentos mil réis a dois contos de réis.*

O Estatuto do Torcedor fala da criação de tumulto como crime e a Constituição garante a liberdade de expressão, portanto o art. 40 quase não é aplicado.

#### **Art. 41/LCP**

*Art. 41. Provocar alarma, anunciando desastre ou perigo inexistente, ou praticar qualquer ato capaz de produzir pânico ou tumulto:*

*Pena – prisão simples, de quinze dias a seis meses, ou multa, de duzentos mil réis a dois contos de réis.*

O anúncio deve ser apto a provocar pânico.

#### **Art. 42/LCP**

*Art. 42. Perturbar alguém o trabalho ou o sossego alheios:*

*I – com gritaria ou algazarra;*

*II – exercendo profissão incômoda ou ruidosa, em desacordo com as prescrições legais;*

*III – abusando de instrumentos sonoros ou sinais acústicos;*

*IV – provocando ou não procurando impedir barulho produzido por animal de que tem a guarda:*

*Pena – prisão simples, de quinze dias a três meses, ou multa, de duzentos mil réis a dois contos de réis.*

Esta conduta se concretiza, por exemplo, quando um agente deixa o aparelho de som em volume muito alto, perturbando a paz da vizinhança.

**Art. 43/LCP**

*Art. 43. Recusar-se a receber, pelo seu valor, moeda de curso legal no país:*

*Pena – multa, de duzentos mil réis a dois contos de réis.*

Locais onde só se aceitam cartões de crédito ou débito não configuram a contravenção, tampouco a recusa de recebimento de cheque como pagamento (cheque não se equipara com moeda corrente).

**Art. 45/LCP**

*Art. 45. Fingir-se funcionário público:*

*Pena – prisão simples, de um a três meses, ou multa, de quinhentos mil réis a três contos de réis.*

O art. 45 consiste na mera conduta de fingir-se funcionário. A prática de atos de função caracteriza crime do Código Penal.

**Art. 146/LCP**

*Art. 46. Usar, publicamente, de uniforme, ou distintivo de função pública que não exerce; usar, indevidamente, de sinal, distintivo ou denominação cujo emprêgo seja regulado por lei.*

*Pena – multa, de duzentos a dois mil cruzeiros, se o fato não constitui infração penal mais grave.*

Em se tratando de uniformes e insígnias militares se caracteriza o crime do art. 172 do Código Penal Militar.